



ELO

Consultoria Empresarial
e Produção de Eventos

certificado



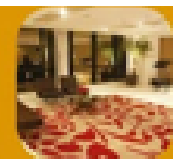
Certificamos que **JOSE ORLANDO ANDRADE MARTINS JUNIOR**

participou do curso especial “ASSESSORIA JURÍDICA E CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - Boas práticas para a legitimidade e excelência da gestão pública ”

realizado em São Luís/MA, de 17 e 18 de novembro de 2022.

Carmem Camilo
DIRETORA GERAL

conteúdo programático



1º dia - 17 de novembro de 2022

Fundamentos do controle da Administração Pública

- a) Dever de controle. Controle interno e controle externo. Controle administrativo, financeiro, contábil, orçamentário e patrimonial. Princípios relacionados ao controle. Controle prévio, concomitante e posterior.
- b) Responsabilidade. Instâncias da responsabilidade. Responsabilidade civil, penal, administrativa e por improbidade administrativa. Dolo e erro grosseiro.
- c) A aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no plano do controle interno e da assessoria jurídica.
- d) Responsabilidade do assessor jurídico e do agente de controle interno.
- e) Atribuições da assessoria jurídica e do controle interno nas contratações públicas de acordo com a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/21)

Governança pública, governança dos contratos, compliance e gestão de riscos. Sistema de controle interno, procedimentos de “due diligence” de integridade

- a) Fundamentos de governança pública. Governança dos contratos. Linhas de defesa.
- b) Compliance, programas de integridade públicos e privados.
- c) Atribuições das linhas de defesa de acordo com a Lei nº 14.133/21.
- d) Fundamentos de Administração Pública ESG (environmental, social and corporate governance);
- e) Procedimentos de “due diligence” de integridade aplicados às contratações públicas.
- f) Processo de gestão de riscos. Risco. Etapas do processo. Mapa de riscos. Matriz de riscos. Alocação de riscos.

2º dia – 18 de novembro de 2022

Controle interno – em sentido amplo - das contratações públicas

- a) Gestão e fiscalização dos contratos. Objetivos da contratação pública de acordo com a nova lei de licitações. Roteiro de fiscalização e de gestão.
- b) O papel do controle interno nas contratações públicas. O papel da assessoria jurídica nas contratações públicas.
- c) Parecer jurídico. Estrutura do parecer jurídico. Conteúdo do parecer.
- d) Exigência de programas de integridade nas contratações públicas. Lei anticorrupção aplicada às contratações públicas.
- e) Auditoria interna e contratações públicas.
- f) Modelos de gestão de contratos. Designação de agentes públicos para atuar nas funções essenciais do metaprocessos da contratação pública.

Assessoria jurídica, controle interno e suas interações com o controle externo

- a) Controle judicial da Administração Pública. Medidas liminares e o processo da contratação pública. Atuação da assessoria jurídica no caso de medidas liminares que suspendem o processo licitatório.
- b) Atuação dos Tribunais de Contas. Deveres dos Tribunais de Contas de acordo com a LINDB. Dever de prestação de contas. Controle de uso de recursos derivados de transferências voluntárias.
- c) Dever de instaurar processo para a apuração de responsabilidade. Processo administrativo para apuração de responsabilidade. Tomada de contas especial ou extraordinária.
- d) Responsabilidade constitucional dos agentes de controle interno.
- e) Atuação dos Tribunais de Contas de acordo com a nova lei de licitações. Medidas cautelares no processo da contratação pública.